

1

2 **Ata da Reunião Extraordinária do Conselho das Cidades realizada nos**  
3 **dias 12 e 13 de maio de 2014.**

---

4 No dia 12 de maio de 2014, no auditório do Ministério das Cidades, nesta  
5 cidade, deu-se início aos trabalhos da Reunião Extraordinária do Conselho das  
6 Cidades – ConCidades, convocada pelo Excelentíssimo Senhor Ministro das  
7 Cidades, Gilberto Occhi, mediante chamamento de seus membros, conforme o  
8 Regimento Interno deste Conselho. **1.** O Secretário-Executivo do Ministério das  
9 Cidades, Carlos Vieira, convidou representantes de cada segmento para  
10 comporem a mesa. **2.** Foi homenageado o Conselheiro Alcir Ferreira de Matos,  
11 que faleceu no dia 8 de maio de 2014. Propôs-se que a Sala dos Conselheiros  
12 fosse denominada “Sala dos Conselheiros Matos e Laerte” e que no livro, a ser  
13 elaborado sobre o ConCidades, fosse incluída uma homenagem aos mesmos  
14 conselheiros. **3.** A seguir, a pauta foi aprovada, com alterações, bem como a  
15 ata, aprovada com a ressalva de que fosse anexada a lista de presença da  
16 reunião. (Ver Anexo 1.) **4.** Passou-se à discussão do Texto Final da 5ª  
17 Conferência, que será encaminhado ao Grupo de Trabalho Interministerial do  
18 Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano e ao Grupo de Trabalho SNDU  
19 do Ministério. Foi explicado que o Texto, em decorrência da metodologia  
20 praticada na Conferência, contém contradições, como, por exemplo, propostas  
21 que se anulam mutuamente. Debateu-se sobre a necessidade de revisão do  
22 Texto, mas concluiu-se que ele constitui a Resolução da Conferência, aprovada  
23 pelo Plenário e, portanto, não pode ser alterado. Diante de uma declaração de  
24 que o Conselho tem que ratificar a redação, um representante da Comissão de  
25 Sistematização informou que as alterações no Texto foram mínimas e não  
26 mudam o sentido das resoluções. Solicitou-se que na próxima reunião seja  
27 feita a leitura do Texto. **5.** Foi solicitado que cerca de 5% da pauta da próxima  
28 Reunião fosse destinada a uma metodologia de planejamento de implantação  
29 das resoluções aprovadas na 5ª Conferência Nacional das Cidades. **6.** A mesa  
30 propôs a seguinte estrutura para a publicação do Texto Final da 5ª  
31 Conferência: terá como conteúdo, nesta ordem, o Texto Final, as Prioridades  
32 do Ministério das Cidades e a relação das moções aprovadas. O Conselho dá  
33 conhecimento ao público por meio de uma resolução genérica, da qual serão  
34 parte integrante, em anexo, os documentos aprovados na Conferência. (Ver  
35 Anexo 2). Propôs-se que a Seconcid faça para a próxima reunião um  
36 cronograma sobre a edição do documento e planeje a implantação das  
37 resoluções da 5ª Conferência. **7.** A Coordenadora da Secretaria Executiva,  
38 Isabela Sbampato, informou que para a próxima reunião o Ministério deverá  
39 apresentar o plano de trabalho para a discussão e implementação do Sistema  
40 Nacional de Desenvolvimento Urbano. **8.** Retomou-se o debate sobre o Texto  
41 Final, com a proposta de que fossem adicionados comentários explicativos  
42 sobre as divergências. Concluiu-se que não deve haver interpretação das  
43 propostas, mas sim, lutar pela implementação das prioridades do Conselho. Foi  
44 proposta a divulgação do documento conforme a redação apresentada ao  
45 pleno, por meio de uma Resolução Administrativa. A proposta foi aprovada com  
46 três abstenções. **9.** Solicitou-se para que fosse registrado em ata que o Rio de  
47 Janeiro não oficializou a criação do Conselho Estadual. **Segundo dia: 1.** O  
48 Ministro Gilberto Occhi informou que o Programa de Aceleração do  
49 Crescimento 3 (PAC 3) e Minha Casa Minha Vida 3 deverão ser anunciados na  
50 última semana do mês de maio ou na primeira semana de junho. **2.** O Ministro

52declarou que se não houver impedimentos legais, será acatada solicitação para  
53nomear a Sala dos Conselheiros. **3. Tema de Conjuntura.** Foram  
54apresentadas palestras sobre o Projeto de Lei do Senado Federal nº 499, de  
552013 – Antiterrorismo. **3.** Henrique Nascimento, da Acessória Parlamentar do  
56Ministério das Cidades, relatou a tramitação do Projeto de Lei e esclareceu que  
57ainda existe possibilidade para a alteração do texto, por meio de emendas e  
58audiências públicas. **4.** O Coordenador da Secretária de Análise Legislativa do  
59Ministério da Justiça, Patrick Mariano Gomes, fez uma explanação sobre a  
60tipificação de terrorismo no Brasil e a liberdade de manifestação popular.  
61Afirmou que o Projeto de Lei, pode ocasionar o enquadramento de movimentos  
62sociais como terroristas. Solicitou aos conselheiros que participassem do  
63debate no Congresso Nacional. **5.** Durante a discussão no pleno, foi proposta  
64uma pauta específica sobre o tema, em outra ocasião, com participação do  
65Relator do PL e da Secretaria Geral da Presidência da República. **6.** Foi  
66lembrada a Resolução que cria uma comissão para debater o tema com o  
67Governo, aprovada na última reunião do Conselho, e afirmaram a necessidade  
68de ela seja publicada em regime de urgência. **7.** Sugeriram convidar outros  
69Conselhos para debaterem o Projeto da Lei e buscar a retirada da pauta no  
70Congresso. **9.** O Ministro Gilberto Occhi informou que se reunirá com o  
71Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloisio Mercadante, para discutir sobre  
72mobilidade e que em relação ao Projeto de Lei está disponível para, junto com  
73os Conselheiros, ir ao Congresso Nacional levar a posição do Conselho das  
74Cidades. **10.** A Coordenadora Isabela informou que assim que a Resolução for  
75publicada será convocado o grupo, indicado pelos segmentos, para fazer a  
76primeira reunião. **11.** Ao final, a maioria do Plenário aprovou a inversão da  
77pauta para que o Comitê de Mobilidade apresentasse primeiro seu relato na  
78presença do Ministro. **Relato dos Comitês. Relato do Comitê de Mobilidade:**  
79**1.** Balanço do 4º Mandato do Conselho. Observou-se a dificuldade de ações  
80unificadas entre mobilidade urbana e outros investimentos em habitação e  
81programas urbanos. O Denatran, a CBTU e o Trensurb e a própria Semob  
82devem atuar de forma mais unificada e terem participação plena no Comitê de  
83Mobilidade. **2.** Houve grande dificuldade em avançar, na prática, o que é  
84debatido e aprovado no Comitê de Mobilidade. Protestou-se que as propostas  
85do Comitê para o Pacto da Mobilidade não estão sendo ouvidas pelo Governo.  
86Reclamou-se que a Resolução sobre o Pacto da Mobilidade não foi publicada  
87até a presente data. **3.** Afirmou-se que o desafio imediato é o Comitê e o  
88Ministério serem reconhecidos como fórum para debater a política de  
89mobilidade do Governo Federal. **4.** Lembrou-se a necessidade de aprovar o  
90Projeto de Lei que cria o Regime Especial de Incentivos para o Transporte  
91Coletivo Urbano de Passageiros (Reitup). **Relato do Comitê de Saneamento:**  
92**1.** Balanço do 4º Mandato do Conselho. Foram relatadas capacitações,  
93seminários regionais e capacitação para conselheiros para a elaboração dos  
94planos municipais. **2.** Informou-se os seguintes desafios: implementar e  
95monitorar o PLANSAB, apoiar a elaboração dos planos municipais de  
96saneamento básico, desenvolver e operacionalizar o Sistema Nacional de  
97Informações e Saneamento, apoiar e incentivar a estruturação da regulação no  
98setor, implementar o Interáguas, fomentar ações de pesquisas aplicadas com  
99novas tecnologias, atuar na qualificação do gasto público e concluir os  
100empreendimentos do PAC 1 e PAC 2. **3.** Foi afirmado que um problema sério  
101no Ministério é a falta de recursos humanos e financeiros. **Terminado o relato**

102o Ministro entregou certificados de Conselheiros das Cidades a um  
103representante de cada segmento. **Relato do Comitê de Habitação:** 1. Foi  
104reforçada a informação do lançamento de o Programa Minha Casa Minha Vida-  
1053, MCMV-3, e a pretensão de iniciar a execução em 2015. 2. O representante  
106da Secretaria de Habitação, Edson Leite Ribeiro apresentou as sugestões  
107manifestadas pelos membros do Comitê para o Minha Casa Minha Vida-3. 3.  
108Necessidade de controle da violência e da apropriação dos empreendimentos  
109por traficantes. 4. Aprimoramento da fiscalização para melhorar a qualidade da  
110construção. 5. Necessidade de agilizar os procedimentos cartoriais. 6. Inclusão  
111dos Conselhos Municipais no processo. 7. Dar continuidade à modalidade  
112Compra Antecipada. 8. Dar maior apoio ao Programa Minha Casa Minha Vida  
113Entidades. 9. Sugeriu-se a criação de um grupo de e-mail para que todos os  
114conselheiros pudessem apresentar sugestões ao MCMV-3, com prazo até 23  
115de maio para o envio das contribuições e até 27 de maio para a devolutiva da  
116SNH. 10. Manifestou-se preocupação com as unidades contingenciadas do  
117Programa Minha Casa Minha Vida Entidades. 11. Solicitou-se informações  
118relativas ao andamento da Resolução sobre as metas do MCMV. **Relato do**  
119**Comitê de Planejamento:** 1. Balanço do 4º Mandato do Comitê de  
120Planejamento. 2. Falou-se sobre a falta de pessoal e recursos na Secretaria  
121Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos. 2. Reclamou-se da falta de  
122espaço para o Comitê se reunir. 3. Foi feita a denúncia de que mais de 50%  
123dos empreendimentos no Rio de Janeiro devem receber pessoas que foram  
124removidas para favorecer a especulação imobiliária. 4. Pleiteou-se que os  
125Municípios que não adequarem as políticas urbanas, não tenham acesso a  
126recursos do Ministério das Cidades. 6. Ao final dos relatos, o Secretário-  
127Executivo do Conselho das Cidades, Paulo Rochel, considerou cumprida a  
128pauta, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

129

130

131

132

133

**Gilberto Occhi**

Presidente do Conselho das Cidades